

RELAÇÃO DE NÚCLEOS E PROJETOS LEVANTADOS

Quadro 2: Núcleos/projetos que têm vínculo, acompanhamento ou parceria com órgãos do Poder Público

Núcleo/Projeto	Cidade/Estado	Órgão vinculado/parceiro	Contato	Observações
Linhares	Santo Estevão/BA	Salvador e Ilhéus	joselenerscj@gmail.com	
Projeto Coração de Tinta	BA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	jsmferraz@tjba.jus.br	
CEJURE	São Paulo/SP	Justiça Federal de São Paulo	carlrodr@trf3.jus.br	É um projeto novo, o CEJURE Centro de Justiça Restaurativa iniciou no final de 2019, o projeto prevê várias frentes, mas estamos começando
Núcleo de Justiça Restaurativa- TJS-P-Santos	Santos/SP	Tribunal de Justiça de São Paulo	rosangela.rinaldi@tjsp.jus.br	Foram realizadas duas formações em Prática Restaurativa, Comunicação Não Violenta e Percepções Sistemáticas.
Projeto de Justiça Restaurar 4 ° Vara da Infância e juventude do TJEPA	Belém/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	lianarnc@hotmail.com	Adolescentes autor de ato infracional, familiares, vítimas, seus familiares, comunidade.
CEJUSC	Ponta Grossa/PR	Tribunal de Justiça do Paraná	glauciam-no88@gmail.com	

Zona Restaurativa no Ambiente Organizacional	Belém do Pará/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	elizabeth.muniz@tjpa.jus.br	
ENOIS	Belo Horizonte/MG	Ministério Público e Tribunal de Justiça de Minas Gerais através da comissão de justiça e práticas restaurativas do fórum permanente de atendimento às medidas socioeducativas	daniel.sadasi@gmail.com	Já está implantado em todas unidades socioeducativas de MG.
JECRIM	São Vicente/SP	Tribunal de Justiça de São Paulo	anna.schliske@hotmail.com	
Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Centro Universitário Santa Amélia	Ponta Grossa/PR	Tribunal de Justiça do Paraná [parceria]	renata.youngblood@yahoo.com.br	
Projeto Justiça Restaurativa nas escolas municipais de Pelotas	Pelotas/RS	CEJUSC Pelotas	cruz.jussara@gmail.com	Até 2018 não tínhamos instrutora, com a formação temos 102 servidores públicos ligados à educação e assistência habilitados em círculos não conflitivo. Atuam nas escolas e setores das secretarias. Nas escolas o quadro que compõem os Facilitadores: professores, orientadores educacionais, diretoras e supervisoras da Smed. A última turma habilitada em nova 2020 é formada por assistentes sociais, polícias civis, psicólogas, educadores sociais, jornalista e enfermeiras.
Programa Municipal de Pacificação Restaurativa - Caxias da Paz	Caxias do sul/RS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - Fórum de Caxias do Sul - CEJUSC	smsppsnuclco-jr@caxias.rs.gov	Possuímos Núcleos de Pacificação nos seguintes locais: Secretaria de Educação do Município, 3 professores realizam círculos nas escolas municipais; Coordenadoria Regional de Educação, na qual uma professora coordena os trabalhos com participação dos voluntários que realizam círculos nas escolas estaduais; Guarda Municipal, nas abordagens Restaurativas; Secretaria Municipal da Saúde; SUSEPE com participação dos voluntários que realizam círculos com egressos do sistema prisional; Secretaria Municipal da Cultura: servidores facilitam círculos com participantes de oficinas culturais oferecidas pelo município.

Núcleo de Justiça Restaurativa da Infância e Juventude do TJPE	Recife/PE	Tribunal de Justiça de Pernambuco	hebe.ramos@tjpe.jus.br	
Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º grau do Tribunal de Justiça da Bahia	Salvador/BA	Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia	trscunha@tjba.jus.br	O Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do Poder Judiciário do Estado da Bahia é composto pelo Comitê Gestor, cuja Presidente é a Des. Joalice Maria Guimarães de Jesus; Dra. Ana Maria dos Santos Guimarães – Membro – Juíza de Direito; Dra. Maria Fausta Cajahyba Rocha – Membro - Juíza de Direito; Bela. Miriam de Almeida Santana - Membro - Servidora; Bel. Walter Nogueira Neto - Membro - Servidor, além da equipe multidisciplinar na qual integram os facilitadores, bem como uma comissão científica e conselho editorial.
JR Viamão [escolas públicas estaduais]	Viamão/RS	Tribunal de Justiça escola	rosanedornesdeazevedo@gmail.com	
Programa Justiça Restaurativa no JECRIM BH/MG	Belo Horizonte/MG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais/Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte	vanessacouto@gmail.com	
Cejure - Centro de Justiça Restaurativa da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo	São Paulo/SP	Foi constituído por meio da Portaria NUID nº 63/2019 no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo	cejure@trf3.jus.br	Em breve, será possível fornecer maiores informações, pois o CEJURE se constituiu formalmente há poucos meses, foi disponibilizado convite a magistrados e servidores que queiram fazer parte e estava prevista uma formação nacional, a ser conduzida pelo CDHEP Campo Limpo, selecionado por meio de edital CNJ/PNUD, que precisou ser adiada em razão da pandemia de COVID-19. Esta organização social será responsável por auxiliar na constituição e funcionamento do núcleo de justiça restaurativa na JFSP. O CEJURE tem constituição recente e alguns de seus membros voluntários participaram de uma formação nacional, no âmbito do Programa Justiça Presente, do CNJ.

<p>Projeto de Extensão Direitos Humanos na Prática</p>	<p>Mossoró/RN</p>	<p>MPRN e órgãos da Prefeitura/Vara da Infância e Juventude e Justiça Federal</p>	<p>ramon.reboucas@ufersa.edu.br</p>	<p>Projeto de Extensão? Direitos Humanos na Prática? (DH na Prática), nos dedicaremos a viabilizar a continuidade e o fortalecimento das ações realizadas nas edições anteriores do Projeto, especialmente, o desenvolvimento de práticas restaurativas nos espaços selecionados, em diálogo constante com órgãos que atuam na área da educação, assistência social e socioeducação. Pretendemos fomentar e aplicar os métodos da Justiça Restaurativa em ações a serem executadas no CASE Mossoró (ex-CEDUC), no CRAS, UBS e Escola Municipal do Bom Jesus. Todas as citadas instituições já foram alvo de ações do Projeto. Portanto, permanece a intenção de tornar a UFERSA uma instituição de referência no preparo de estudantes e profissionais para gerir conflitos a partir de um enfoque restaurativo, nos mais diversos espaços (comunitários, escolares, socioeducativos, assistenciais, da saúde, segurança pública, empresariais etc.). Para tanto, o Projeto terá os seguintes Eixos orientadores, todos unidos pela ótica restaurativa: 1º Eixo Sistema Socioeducativo: atividades no CASE Mossoró voltadas aos adolescentes, agentes educacionais e equipe técnica da unidade; 2º Eixo Assistência Social (na interface com a Saúde, a partir da UBS): atividades no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bom Jesus, foco em realizar ações com jovens e equipe técnica; 3º Eixo Sistema Educacional: Círculos Restaurativos, rodas de diálogo, formações para alunos, professores e responsáveis pelos estudantes. Ainda, estaremos em contatos com órgãos municipais e organizações não governamentais, abertos ao desenvolvimento de novas ações extensionistas no escopo do Projeto, sobretudo, nos espaços escolares.</p>
--	-------------------	---	-------------------------------------	---

CEJUSC Guarapuava	Guarapuava/ PR	Tribunal de Justiça do Paraná	rcwb@tjpr.jus. br	
Núcleo de Justiça Restaurativa do Fórum das Varas Especiais de Infância e Juventude	São Paulo/SP	Tribunal de Justiça de São Paulo	faranha@tjsp. jus.br	Todos realizaram cursos de In- trodução à Justiça Restaurativa e de capacitação de Facilitadores em Processos Circulares. Alguns também são capacitados na mo- dalidade "mediação vítima-ofen- sor" e em "conferências de gru- pos familiares". Cumulam a facilitação com a atuação como assistentes jurídicos, psicólogos e assistentes sociais.
Projeto de JR no JEC da Violência Doméstica	Maceió/AL	Tribunal de Justiça de Alagoas - JECC da Violência Doméstica	karinealmeida- adv@gmail. com	Através do próprio projeto de JR, no JECC da Violência Domésti- ca do TJAL
Núcleo Comunitá- rio de Práticas Restaurativas - ESPERE Maceió	Maceió/AL	Juizado Especial Crimi- nal e do Torcedor da Capital	espere. alagoas@ gmail.com	Possuímos quatro áreas de atuação: prisional, educação, socioeducação e judicial. Os membros do Núcleo são professores, membros da pastoral carcerária, advogados etc.
Autocomposição: resolvendo conflitos, transformando relações	Ponta Grossa / PR	CEJUSC-PG	ddsszekut@ mppr.mp.br	A adoção dos métodos autocom- positivos na solução de conflitos pela Central de Atendimento do Ministério Público em Ponta Grossa-PR deu-se em razão da necessidade de prevenção e redu- ção de litígios de natureza coleti- va que se referem às áreas de in- tervenção do Ministério Público, ou em caráter excepcional, os de natureza individual que tenham relevância social e envolvam pes- soas em situação de vulnerabili- dade, possibilitando o direito constitucional de acesso à justiça tanto nas relações onde figuram como atores o Poder Público e os particulares, quanto nas relações mútuas entre os particulares, por meio de uma política de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanis- mos de autocomposição que prio- rizem o diálogo e o consenso, objetivando a resolução pacífica de conflitos de uma maneira cé- lere e efetiva. Os casos encaminhados à auto- composição são oriundos da pró- pria Central de Atendimento, por meio do atendimento à comuni- dade, bem como oriundos de en- caminhamentos realizados pelas Promotorias de Justiça.

Núcleo de Justiça Restaurativa da Vara de Execuções Penais - TJPI	Teresina/PI	Vara de Execuções Penais - TJPI	alexandra.psicologia@tjpi.jus.br	
Cejusc POA - Justiça Restaurativa	RS	Cejusc - JR	cejuscjrpoa@tjrs.jus.br	Atendemos à demanda encaminhada pelos juízes da comarca de Porto Alegre. Além disso, temos projetos de realização de círculos de construção de paz com servidores do PJ da Comarca, bem como em escolas, asilos, imigrantes, entre outros. Dentre os participantes do projeto, temos muitos aposentados, alguns advogados, assistentes sociais, professores e psicólogos.
Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa do TJDFT	Brasília/DF e fóruns do TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	nujures@tjdft.jus.br	Todas as informações, dados sobre estrutura, relatórios etc. disponíveis sobre o Programa de Justiça Restaurativa do TJDFT podem ser encontrados no seguinte endereço: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-restaurativa
Núcleo Judicial de Justiça Restaurativa TJCE	Fortaleza/CE	Tribunal de Justiça do Ceará	evelanerv@gmail.com	
Núcleo de Mediação, Conciliação e Práticas Restaurativas	Santana/AP	Ministério Público do Estado do Amapá	silvia.canela@mpap.mp.br	
Projeto Escola Restaurativa	Santana/AP	Ministério Público do Estado do Amapá/Vara da Infância e Juventude e tem apoio da Secretaria de Estado da Educação	silvia.canela@mpap.mp.br	O projeto capacita a comunidade escolar com cursos de justiça restaurativa, para que eles próprios tenham uma nova ferramenta para resolução de conflitos.
Oficina da Parentalidade	Santana/AP	Ministério Público do Estado do Amapá, Prefeitura de Santana, Governo do Estado do Amapá, Defensoria Pública/Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	silvia.canela@mpap.mp.br	É um programa educacional interdisciplinar para ex-casais com filhos, destinado a promover a conscientização acerca da influência e consequências das condutas assumidas pelos pais no contexto de separação/divórcio.

Comunidade Restaurativa	Santana/AP	Ministério Público do Estado do Amapá, empresas da iniciativa, Sebrae, Prefeitura de Santana e outros/ Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	silvia.canela@mpap.mp.br	O objetivo deste projeto, além de trazer melhorias para a comunidade, é oferecer os Processos Circulares como ferramenta para a construção de relacionamentos saudáveis e empoderamento da família e resgate do senso de pertencimento. Além de facilitar o diálogo entre a comunidade e o poder público.
PROGRAMA NÓS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte/MG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais - ESCOLA JUDICIAL DES EDESIO FERNANDES	dgermano@mpmg.mp.br	
Projeto de Remissão Restaurativa, vinculado ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do MPRN	Natal/RN	3ª Vara da Infância e Juventude - Apuração dos atos infracionais	suzannylopes96@gmail.com	
Núcleo Comunitário de Práticas Restaurativas de Ourinhos	Ourinhos/SP	1ª Vara Criminal da Comarca de Ourinhos - DAJ	rrosehelena@yahoo.com.br	O Núcleo Comunitário é uma base de fortalecimento das Práticas Restaurativas, conhecimento das práticas pela comunidade e instituições, e para podermos atender os critérios necessários para a inclusão como Núcleo de JR trabalhando para o Poder Judiciário. Trabalhamos círculos de diálogos em escolas, CRAS, CREAS, grupos de amigos, e círculos de conflitos não judicializados.
Grupos gestores e de pesquisa acerca da temática Justiça Restaurativa [não há um nome específico]	Adamantina/SP	2ª Vara da Comarca de Adamantina	cgurquiza@tjsp.jus.br	
Observatório de Justiça Restaurativa da Universidade Municipal de São Caetano - Núcleo de Justiça Restaurativa e Grupos de Estudos de Justiça Restaurativa	São Caetano do Sul/SP	Vara da Infância e Juventude de São Caetano do Sul	patricia_lhacer@yahoo.com	Na Universidade Municipal de São Caetano há o funcionamento do Observatório de Justiça Restaurativa, composto pelo Núcleo de Justiça Restaurativa e pelo Grupos de Estudos de Justiça Restaurativa. O Núcleo de JR funciona em parceria com o TJ/SP e atende casos encaminhados pela Vara da Infância e Juventude de SCS.

Núcleo de Justiça Restaurativa "Curuçá"	Tietê/SP	1ª Vara Comarca de Tietê	jr@educacao-tiete.sp.gov.br	Para as demandas do Núcleo, existe um grupo composto de 7 membros, que discute os casos e se reúne quinzenalmente.
Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia/ Programa de Justiça Restaurativa Amazônia da Paz	Santarém/PA	Ministério Público do Pará/Vara da Infância e Juventude, Vara de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, CEJUSC, Promotoria Agrária e Promotoria de Direitos Constitucionais - Saúde e Educação	nirsonneto@yahoo.com.br	Além dos indicados anteriormente, da clínica participam alunos da graduação em Direitos, do mestrado em Ciências da Sociedade e uma discente do Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento
Núcleo de Justiça Restaurativa de Lages	Lages/SC	2ª Vara Criminal da comarca de Lages/TJSC	akt9012@tjsc.jus.br	O Projeto de Justiça Restaurativa em Lages teve início em 2017, através de uma formação de facilitadores e gestores financiada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, com 50 vagas, cujo curso foi ministrado pelo Laboratório de Convivência, coordenado pela Professora Mônica Mumme. Em 14 de dezembro de 2018, foi criada a Lei Complementar Municipal nº 533, que "Institui o Programa de Justiça Restaurativa no Município de Lages". No ano de 2019 foi criado o Núcleo de Justiça Restaurativa de Lages, composto de facilitadores e amigos da Justiça Restaurativa (pessoas que não possuem formação de facilitadores, mas simpatizam com a JR), cuja diretoria tem mandato de 2 anos (por enquanto possuímos apenas Regimento Interno e Estatuto, mas não foi feita a criação formal por questões de custos). Os atuais eixos de atuação são atualmente na violência doméstica, socioeducativo (meio fechado - internação e semiliberdade), educação (estadual e municipal) e comunitária (círculos de construção de paz aberto ao público em geral, quinzenalmente). Possuímos sede em espaço cedido pela Prefeitura de Lages (num centro multiuso, denominado Praça do CEU).

				O Poder Judiciário é apenas um parceiro no projeto e no Núcleo da JR, não estando vinculado à nenhuma instituição especificamente. Do Poder Judiciário participam um magistrado e dois servidores. Fico à disposição para outros esclarecimentos que, porventura, sejam necessários, desejando sucesso na pesquisa e estudos.
Comissão de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz da OAB Subseção Barueri - SP	Barueri/SP	OAB e parceria com Grupo Gestor do Município (em criação)	ludmilladvogada@gmail.com	
Justiça Restaurativa de Barueri - SP	Barueri/SP	CEJUSC – Comarca de Barueri/SP	jrbaruerisp@outlook.com; pjbarueri@mpsp.mp.br	Funcionários públicos municipais e Voluntários
Projeto de Pesquisa e Extensão Ciranda-UFMG	MG	Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH)	ciranda@direito.ufmg.br	Além das atividades supracitadas, o Ciranda busca promover divulgação científica e ações de JR por suas redes sociais, no Instagram e Facebook. Além disso, participamos de instâncias institucionais de gestão e desenvolvimento da Justiça Restaurativa em BH e Região. Participamos do Comitê Gestor do NÓS (Programa de Justiça Restaurativa nas escolas públicas de Belo Horizonte), do Fórum Permanente do Sistema Socieducativo e, dentro deste, da Comissão de Justiça Restaurativa. Além destas, passamos a integrar recentemente da Mesa de Diálogo Permanente entre o SUAS e o Sistema de Justiça, representando os Núcleos de Justiça Restaurativa de BH junto ao Centro de Defesa Zilah Spósito.
Justiça Restaurativa Boituva	Boituva/SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Serviço de Justiça Restaurativa	andretsc@tjsp.jus.br	
Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos	Santos/SP	Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do TJSP e Vara do Juizado Especial Criminal de Santos	re_sg@hotmail.com	

Núcleo de Justiça Restaurativa de Itapetininga	Itapetininga/SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Vara da infância e juventude	justicarestaurativa@itapetininga.sp.gov.br	
CEJUSCON/PR	Curitiba/PR	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	giovanna.mayer@trf4.jus.br	
Núcleo Interinstitucional de Justiça Restaurativa de Itajobi/SP	Itajobi/SP	Fórum- Comarca de Itajobi/SP	cs_bataglia@hotmail.com	Núcleo de Justiça Restaurativa de Itajobi, foi implantado através de parcerias do poder judiciário e prefeitura do município, pela magistrada da época que era seu sonho, foi então que o município contratou Monica Mumme, com "Laboratório de Convivência" foram capacitados 8 profissionais das áreas da educação, saúde, e assistência social, e funcionários do poder judiciário, sedo que, apenas dez se dispuseram a fazer círculos, 2015 e 2016, em 2017 houve mudança política administrativa do município e tivemos desistência de alguns facilitadores, em 2017, tivemos capacitação de mais algum facilitador, através do TJSP de SP, em 2018 também, mas sempre há desistência por algum motivo, hoje estamos com 9 facilitadores. Da área da educação, um da assistência social. Portanto os facilitadores da primeira capacitação em 2014 fizeram um vasto trabalho significativo, com ótimas experiências dos casos, círculos de conflito dos atos infracionais, de escolas, e outros. Estamos em 4 facilitadores desde 2014, os outros 5 são formados recentemente
Justiça Restaurativa: construindo paz e bem viver/ Plano de ações da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Pará	PA	NUPEMEC	josineide.pamplona@tjpa.jus.br	
CEJURE – TRF3	São Paulo/SP	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Justiça Federal de São Paulo	cibulga@gmail.com	

Justiça Restaurativa na Escola	Campo Grande/MS	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul - Coordenadoria da Infância e da Juventude	alicemotta2014@gmail.com	O TJ MS firmou parceria com a Secretaria de Educação do Estado em 2012. A Secretaria de Educação cede os profissionais, o TJ se encarrega da sua formação em Justiça Restaurativa e a estrutura para atuação. A Secretaria seleciona ou indica as escolas interessadas pelo Programa Justiça Restaurativa na Escola. A seguir os facilitadores elaboram um plano de ação para aquela comunidade escolar e dialogam com a escola sobre o plano. As ações estão voltadas principalmente para prevenção, mas atuamos também em situações de conflito. O Programa Justiça Restaurativa na Escola atua nas unidades escolares da rede estadual de MS, realizando círculos de diálogo, oficinas, atuando principalmente na prevenção. Também fazemos círculos conflitivos desde que não tenha sido feito Boletim de Ocorrência.
Programa de Atendimento em Justiça Restaurativa Juvenil	Campo Grande/MS	Vara da Infância e da Adolescência	jr.juvenil@tjms.jus.br	Atendemos adolescentes autores de ato infracional (encaminhados pela Vara da Infância e da Adolescência), seus responsáveis, vítimas correspondentes e apoiadores de ambos. A equipe de Facilitadores conta já com 2 Instrutores, devidamente certificados por órgão oficial competente.
TJMS/CIJUS/ Coordenadoria de Infância e Juventude – Programa de Justiça Restaurativa Juvenil	Campo Grande/MS	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	surebello@hotmail.com	
CEJUSC Justiça Restaurativa	Salvador/BA	5ª Vara do SJE Criminal	ibbalthaz@gmail.com	
CEJUSC Lapinha	Salvador/BA	CEJUSC Lapinha	regivaldomenezesdapaixao@gmail.com	
TJ/MS Justiça Restaurativa na Escola	Campo Grande/MS	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	kezziaadrianaalencarcastro@gmail.com	São pessoas competentes, estudiosas, gentis e engajadas.

Cejure - Centro de Justiça Restaurativa da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo	São Paulo/SP	Justiça Federal de São Paulo	ancbalan@trf3.jus.br	
Implementação da Justiça Restaurativa no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas VEMSE [vínculo eventual e não formal]	pedropereira@cedecarj.org.br	
Passo Fundo/RS	Passo Fundo/RS	Vara criminal e violência doméstica [parceria]	vinitoazza@hotmail.com	
Núcleo Comunitário de Práticas de JR - NCPJR Cascavel/PR	Cascavel/PR	Tribunal de Justiça do Paraná - CEJUSC da Comarca de Cascavel – Núcleo Regional de Educação da Prefeitura Municipal de Cascavel, promotorias, juízes, varas diversas etc.	luscardu@hotmail.com	<p>Trata-se de diversas comunidades, por essa razão o Núcleo é Comunitário- NCPJR. Muito embora tenhamos profissionais da área do Direito, da Psicologia, Assistência Social, Pedagogos, Professores e todo ator na escola (aqui bem amplo o campo de atuação), a qualificação é feita pelo NCPJR. Ou seja, embora o Judiciário e os diversos parceiros, possam ser qualificados por Cursos aprovados, no caso, pelo TJPR, o Curso pensado pela Escola de Perdão e Reconciliação- ESPERE e pelo Curso trazido pelo CDHEP- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular sobre as Práticas da Justiça Restaurativa subsidiam nosso conhecimento e a partir disso vamos evoluindo. Ou seja, somente facilitadores que formam com estes Cursos temos a responsabilidade de assessorar junto a Casos reais, seja no Judiciário, na Escola, nas diversas comunidades.</p> <p>Para tanto temos essas parcerias devidamente regulamentadas. Outro exemplo para 2020 (que está parado em função da Pandemia), é o Projeto, já aprovado e sancionado pelo Prefeito, "Cascavel Cidade Restaurativa" que iniciaria com a qualificação de 10 funcionários de cada Secretaria: 10 da Secretaria de Ação Social, da Saúde e da Educação (30).</p>

				Bem como os grupos formados para cada Órgão governamental, sem deixar de cuidar das diversas comunidades ao nosso entorno ou na região, quando não, no Governo do Estado ou Federal. Trata-se de um trabalho que teve desde o início a Dra Petronella M. Bonnen como Assessora da ONG. E esse desenho projetado vem evoluindo, embora as ações possuam seu tempo de maturação, temos a nossa frente um universo expressivo para atuar.
Comissão Justiça Restaurativa e Direito Sistemico	Itajaí/SC	OAB - subseção Itajaí	anafsilveira@outlook.com	
Conferência de Grupo Familiar	Rio de Janeiro/RJ	Vara de família e vara criminal do Tribunal de Justiça da Leopoldina	hanina_hanina@hotmail.com	Projeto totalmente independente que desenvolvo sozinha no Tribunal. Não há equipe de facilitadores.
UME Luiz Alca (Maria do Socorro Rodrigues)	Santos/SP	SEDUC/Santos/UME Luiz Alca	msocorrordri@gmail.com	Responsáveis pelas as crianças da escola, os professores que atuam com as crianças, os funcionários da escola e a comunidade entorno da escola
Núcleo justiça, paz e cidadania	Santarém/PA	Vara Infância e Juventude	zboeing@hotmail.com	São lideranças das Pastorais sociais da Igreja católica, lideranças dos movimentos socioambientais e lideranças das Associações dos bairros e professores e alunos das escolas da região Santarenzinho e Maracanã de Santarém e cidades vizinhas.
Projeto de JR na Justiça Federal de Novo Hamburgo	Novo Hamburgo/RS	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	catarina.pinto@trf4.jus.br	O grupo é integrado pela juíza coordenadora do Centro de Conciliação, que é facilitadora de JR, por um servidor que também tem formação em JR, conciliação e mediação e por outros facilitadores que atuam voluntariamente e que são acionados conforme a demanda. O grupo está vinculado ao Centro de Conciliação da Justiça Federal de Novo Hamburgo/RS. Além de realizar círculos para criar conexão entre servidores e conciliadores, também se verifica, caso a caso, nos processos que são remetidos para conciliação ou mediação, se seria interessante alguma prática restaurativa.

Grupo de Trabalho para implantação da JR na Justiça Federal do RS	Porto Alegre/RS	Justiça Federal do Rio Grande do Sul	cristinavieira@trf4.jus.br	
Setor de Justiça Restaurativa de Goiânia	Goiânia/GO	NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de solução de conflitos.	jrestaurativa-goiania@tjgo.jus.br	Oficinas do Trânsito: A Oficina é realizada em forma de roda de conversa e pretende provocar nos envolvidos um processo de reflexão e responsabilização. As oficinas abrangem temas vinculados ao trânsito, uso de álcool e drogas, responsabilização além de outros, ocorrem a cada 03 semanas, a participação é única, em média, grupos de 40 pessoas são atendidos a cada edição. Sobre o perfil dos participantes são pessoas com processo criminal na justiça, em sua maioria são pessoas de classe média baixa e/ou em situação de vulnerabilidade social, ensino fundamental incompleto, faixa etária entre 18 e 50 anos, sexo masculino, desempregados ou em empregos informais, ou autônomos. Esta é minha percepção enquanto coordenador técnica da equipe, não há um estudo ou pesquisa formal.
NUPIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição	Florianópolis/SC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	nupia@mpsc.mp.br	Atualmente possuímos os seguintes projetos em andamento: 3 Grupos de Apoio e Reflexão para pais em situação de conflito de guarda (público participante direto: pais e mães - público alvo indireto: crianças e adolescentes) 1 em Florianópolis e 2 em São José - nesse momento ocorrendo de forma virtual; Projeto Conviver para a Paz – Construção de Círculos de Paz na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS no Município de Florianópolis (Público direto: gestores e monitores de centros de convivência municipais - público alvo indireto: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que usufruem do serviço no contraturno escolar) - projeto piloto ocorrendo em Florianópolis;

				Restaurando conflitos nas escolas (público direto: professores, indireto: alunos) - ocorrendo em São Miguel do Oeste; Grupo Reflexivo de Gênero (público direto (2 grupos de homens e 1 de mulheres) homens e mulheres envolvidos em casos de violência doméstica) Tubarão e Lages; Justiça Restaurativa em meio aberto (Público direto: jovens em conflito com a lei - indireto: comunidade/famílias) - projeto piloto em fase de planejamento - em Rodeio e Ascurra.
NUPRARE	PA	Tribunal de Justiça do Pará e Ministério Público	maikeviera@hotmail.com	Estudantes indígenas e quilombolas população LGBTQ da UFOPA
CEJUSC Justiça Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora/MG	Subseção judiciária de Juiz de Fora	geovanafaza@gmail.com	
Unidade Comunitária Paulo Setúbal de Justiça Restaurativa de Tatuí	Tatuí/SP	Grupo Gestor de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de São Paulo	ncjusticarestaurativatui@gmail.com	
MEDIAJUR - Núcleo de Mediação e Justiça Restaurativa da Universidade de Passo Fundo/RS	Passo Fundo/RS	São várias as instituições parceiras	linara@upf.br	Fico à disposição para repassar outros materiais pelo e-mail
Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís	São Luís do Maranhão/MA	2ª Vara da Infância e juventude de São Luís	angel.helena@hotmail.com	
Circulando MPRN	Natal/RN	Ministério Público do Rio Grande do Norte	ana_evelyne@yahoo.com.br	
Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Amapá	AP	Tribunal de Justiça do Amapá	nelbasiqueira@gmail.com	
Grupo de Trabalho de Práticas Restaurativas da Comissão de Mediação da OAB-RJ	Rio de Janeiro/RJ	Grupo Gestor do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e com o Mediare	cirandadoservnv@gmail.com	Coordenado por duas advogadas e um assistente social. Projeto de desenvolver atividade com jovens e a perspectiva preventiva junto com a comunidade.

<p>Núcleo de Prática e Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Paraná – NU-PIA/MPPR</p>	<p>Curitiba/PR</p>	<p>1ª Vara de Infrações Penais Contra a Criança, Adolescente e Idoso de Curitiba, NUPEMEC-PR e Cejusc Criminal</p>	<p>nupia@mppr.mp.br</p>	<p>No momento estão sendo planejadas ações conjuntas com o Tribunal de Justiça do Paraná para fins de continuidade de projetos e ações antes realizadas no NU-PIA. As informações sobre o NUPIA e os materiais produzidos, que são de acesso público, estão disponíveis na página do NUPIA, a qual ainda está passando por algumas atualizações. Link: http://site.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3275</p>
<p>Centro de Justiça Restaurativa</p>	<p>Fortaleza/CE</p>	<p>O CJR é uma iniciativa da Defensoria Pública em parceria com a Terre des hommes, localiza-se dentro do Projeto Justiça Já, um condomínio de instituições ligadas ao primeiro atendimento do adolescente acusado de cometer atos infracionais – a 5ª Vara da Infância e Juventude, a 5ª Promotoria da Infância e da Juventude, a Delegacia da Criança e do Adolescente</p>	<p>renata.araujo@tdhbrasil.org</p>	<p>A intervenção restaurativa do CJR ocorre junto ao Primeiro Atendimento do adolescente acusado da prática de ato infracional. Em seus quase dois anos de funcionamento, entre abril de 2018 e janeiro de 2020 o CJR havia recebido 98 processos judiciais para abertura de procedimento restaurativo. Destes 98 processos, 43 foram recebidos no primeiro ano do centro, sendo os demais 55 remetidos nos oito primeiros meses do segundo ano. Dos 98 casos recebidos, já realizamos 78 procedimentos restaurativos (43 no primeiro ano e 35 no segundo ano). Nestes 78 procedimentos conseguimos a participação de 59 vítimas, atendendo assim, suas necessidades dentro do processo e reparando os danos ocasionados pelos atos infracionais. Neste segundo ano de funcionamento alcançamos, ainda, a construção e aprovação da Resolução 181/2020 do Conselho Superior da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, que pode ser lida no endereço institucional da DPCE, formalizando a criação do CJR e regulamentando seu funcionamento. Nesse passo, o CJR deixa de ser um projeto e passa a ser uma política da Defensoria Pública, fortalecendo sua estabilidade e continuidade</p>

<p>Estratégias para solução consensual de conflitos no âmbito da privação de liberdade</p>	<p>Fortaleza/CE</p>	<p>O Projeto é acompanhado por um grupo de trabalho composto pela Superintendência Estadual de atendimento socioeducativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.</p>	<p>renata.araujo@tdhbrasil.org</p>	<p>O Projeto prevê a elaboração de um Manual de atendimento com Enfoque restaurativo para a privação de liberdade. https://www.tdhbrasil.org/noticias/965-entrevista-com-a-pedagoga-e-coordenadora-de-projetos-do-instituto-tdh-brasil-sobre-justica-restaurativa-dignidade-e-prevencao-de-conflitos-no-brasil; https://www.tdhbrasil.org/noticias/914-pesquisadores-visitam-estados-para-realizacao-de-pesquisa-nacional-sobre-a-situacao-dos-centros-socioeducativos</p>
<p>Programa Reconstruir o Viver</p>	<p>ES</p>	<p>Tribunal de Justiça do Espírito Santo</p>	<p>coordenadoriainfancia@tjes.jus.br</p>	
<p>Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Acre</p>	<p>AC</p>	<p>Tribunal de Justiça do Acre</p>	<p>-</p>	<p>O TJAC está desenvolvendo atividades no âmbito do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal, com incentivo do Programa Justiça Presente. A desembargadora-coordenadora do Núcleo recentemente explicou que a organização da rede de apoio aos projetos de justiça restaurativa no estado ainda está em desenvolvimento, e que o Núcleo vem estudando os casos que serão encaminhados às práticas restaurativas.</p>

Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Amazonas	AM	Tribunal de Justiça do Amazonas e Defensoria Pública do Estado do Amazonas	-	Em fevereiro de 2020, esses projetos entraram em uma nova fase, em que serão capacitadas pessoas para conduzir Círculos Restaurativos nas escolas municipais e estaduais, além das equipes dos centros socioeducativos, para a realização de círculos de paz sem a presença do autor do ato infracional, com caráter preventivo, e círculos de conflito, com a presença da vítima e do ofensor
2ª Vara da Infância e Juventude de Cuiabá e Cejusc – Tribunal de Justiça do Mato Grosso	MT	Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (NUGJUR)	-	Círculos de Construção de Paz
Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá – Tribunal de Justiça do Mato Grosso	MT	Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (NUGJUR)	-	Ciclos de conversas e palestras tendo como pano de fundo o Direito Sistêmico, as constelações familiares e a justiça restaurativa
Projeto Delegado Conciliador	João Pessoa, PB	NUPEMEC do Tribunal de Justiça da Paraíba e 10ª e 12ª Delegacias de Polícia Civil em Tambaú, João Pessoa; Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP	-	Práticas restaurativas no âmbito do direito penal, voltadas à realização de encontros entre vítimas e ofensor, desde a fase pré-processual
Vara da Infância e Juventude de Campina Grande – Tribunal de Justiça da Paraíba	Campina Grande, PB	Cejusc do Tribunal de Justiça da Paraíba Ministério Público do Estado da Paraíba, e Universidade Estadual da Paraíba	-	Conferências entre vítima e ofensor em casos pontuais selecionados por juízes da Vara da Infância e Juventude, em concordância com o Ministério Público

17ª Vara Cível – Vara da Infância e Juventude, na Comarca de Ara- caju – Tribunal de Justiça de Sergipe	Aracajú, SE	Tribunal de Justiça de Sergipe	-	Círculos restaurativos para a resolução dos atos infracio- nais na área da infância e ju- ventude
Comarca de Ca- nindé – Tribunal de Justiça de Ser- gipe	Canindé, SE	Tribunal de Justiça de Sergipe	-	Círculos restaurativos para a resolução dos atos infracio- nais na área da infância e ju- ventude
Comissão de Im- plementação, Di- fusão e Execução da Justiça Res- taurativa (CIDE- JURE) do Tribu- nal de Justiça de Sergipe	SE	Tribunal de Justiça de Sergipe	-	-
Justiça Restaura- tiva na Comuni- dade	Porto Velho, Rondônia	Juizado da Infância e da Juventude de Por- to Velho – Tribunal de Justiça de Rondô- nia e Secretaria da Educação do Estado de Rondônia	-	Rodas de conversa para solu- cionar conflitos escolares, envolvendo uma equipe psi- cossocial do Juizado e profes- sores das escolas.
Setor de Justiça Restaurativa Juvenil - Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeducativas de Porto Velho	Porto Velho, Rondônia	Vara Infracional e de Execução de Medidas Socioeduc- ativas de Porto Velho – Tribunal de Justiça de Rondônia	-	Práticas de justiça restaurati- va em processos de apuração de ato infracional e de execu- ção de medida socioeducativa de internação. Esse projeto culminou, em 2019, na im- plantação do setor de Justiça Restaurativa Juvenil, que atende casos envolvendo rou- bo, lesões corporais, tentativa de homicídio, denúncia calu- niosa, assédio sexual e estu- pro de vulnerável. Além dis- so, está sendo discutida a possibilidade de desenvolvi- mento de práticas restaurati- vas no Sistema de Justiça Cri- minal e Penitenciário, além do Sistema de Justiça Juvenil e Socioeducativo, no âmbito do Programa Justiça Presente.

Unidade de Justiça Restaurativa (UNIJUR) - Tribunal de Justiça de Roraima	RR	Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Roraima; parcerias com o Instituto Terre des Hommes para formação	-	Atendimento e acesso à justiça dos adolescentes em conflito com a lei, buscando desenvolver a Justiça Juvenil Restaurativa
2ª Vara Criminal e Execuções Penais da Comarca de Araguaína – Tribunal de Justiça do Tocantins	Araguaína, TO	Tribunal de Justiça do Tocantins	-	Práticas restaurativas junto a menores infratores e presos que cumprem pena na região Norte do Tocantins
Justiça Restaurativa para Servidores e Magistrados do Judiciário no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Palmas	Palmas, TO	Grupo de Gestores da Equipe Multidisciplinar (GGEM) do Tribunal de Justiça do Tocantins	-	-
Núcleo de Práticas Restaurativas (NPR) de Uberaba (TRF)		Uberaba, MG	Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1)	Sessões de justiça restaurativa em crimes de competência federal desde 2017, com apoio do Ministério Público Federal em Uberaba. O Núcleo conta com uma equipe técnica multidisciplinar, formada por conciliadores, mediadores e profissionais voluntários das áreas de Psicologia, Assistência Social e Educação, o projeto se desenvolve com a realização de sessões nos moldes da Justiça Restaurativa, abrangendo também hipóteses de sursis processual, transação penal, início de execução de penas alternativas bem como acordos de não persecução penal
Total				95

Quadro 3: Núcleos/projetos sem vínculo ou parceria com órgãos do Poder Público

Nome do núcleo/ projeto de Justiça Restaurativa	Cidade/ Estado	Endereço de e-mail	Observações
Nuprar (Núcleo de Práticas Restaurativas de São José)	São José/ SC	nuprar.sj@gmail.com	<p>JUSTIÇA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS DE SÃO JOSÉ – ANO 2019</p> <p>IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ:</p> <p>O Projeto Justiça e Práticas Restaurativas: um caminho para a Cultura de Paz no município de São José, começou a ser escrito em meados de junho do ano de 2018. Tendo em vista o grande investimento que a gestão realizou em infraestrutura; construção e reformas de Centros de Educação Infantil; construção e reformas de Unidades Básicas de Saúde, Policlínicas e Unidade de Pronto Atendimento; aumento significativo no Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), atingindo inclusive a meta, desde o ano de 2013 foram construídas oito (08) novas áreas de lazer e revitalizados outros 8 espaços; capacitação técnica de profissionais, dentre tantas outras ações, é chegada a hora de coroar todo esse trabalho com um investimento no ser humano, proporcionando-lhe um espaço seguro para que possa ouvir e ser ouvido, para que possa repensar as suas ações e colaborar para uma convivência mais saudável.</p> <p>Para embasar o projeto e conhecer o que está sendo realizado em outros municípios, em setembro/2018, uma comitiva de São José, formada pela secretária de segurança, secretário da casa civil, comandante da GMSJ foi até Caxias do Sul, cidade referência em Justiça Restaurativa no Brasil. Lá puderam presenciar as ações bem-sucedidas, desenvolvidas junto à Guarda Municipal, Fórum e escolas.</p>

			<p>Logo em seguida, uma equipe da Secretaria de Segurança, começou a promover palestras junto aos servidores das secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social, visando difundir o conhecimento acerca dos temas: Justiça e Práticas Restaurativas e CNV e também para pesquisar possíveis facilitadores para trabalharem em prol de uma cultura de paz no município de São José.</p> <p>Exatamente um ano após o início de todo esse processo, em junho/2019, a Secretaria de Segurança promoveu, o Curso de Facilitador em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz não conflitivos, ministrado pela psicóloga Rafaela Duso (AJURIS/RS), formando 25 facilitadores, quase todos, servidores efetivos da GMSJ.</p> <p>No mês de julho a Secretaria de Segurança promoveu a palestra “Bases e Método da Comunicação Não Violenta (CNV)”, com o prof. Dr. Marcelo Pelizzoli. Esta palestra, que buscou contribuir para a redução de conflitos, ocorreu em três dias consecutivos, visando atingir um público maior. Tendo em vista que as palestras ocorreram no período matutino, a tarde, o Prof. Pelizzoli realizou um curso de aprofundamento em CNV para os facilitadores formados em junho. Foram momentos únicos, de muitos aprendizados e vivência.</p> <p>Em agosto, os Círculos de Construção de Paz e o Núcleo de Justiça e Práticas Restaurativas (NUPRAR) começaram a existir efetivamente em São José.</p> <p>A GMSJ vem realizando mensalmente seus cursos de formação, os Círculos de Construção de Paz, com o objetivo de fortalecimento de vínculos e construção de relacionamentos saudáveis.</p>
--	--	--	---

		<p>Estão sendo realizados também, nos CREAS e CRAS, no Núcleo de Estudos Sênior – NES (programa de extensão do Centro Universitário Municipal de São José/USJ), na casa de passagem AMAR I, em escolas e em alguns eventos, como o “Agosto Lilás” (evento em alusão a data comemorativa da Lei Maria da Penha).</p> <p>O NUPRAR foi instituído com o objetivo de promover o estudo de temas relacionados à Justiça Restaurativa, Comunicação Não Violenta e Círculos de Construção e Paz, a supervisão/orientação dos trabalhos realizados pelos facilitadores além de procurar disseminar, incentivar e divulgar, as práticas restaurativas voltadas ao desenvolvimento da cultura de paz em São José.</p> <p>No mês de novembro, a secretaria de segurança promoveu mais um o Curso de Facilitador em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz não conflituos, ministrado pela psicóloga Rafaela Duso (AJURIS/RS), formando mais 25 facilitadores, além do Curso de Facilitador em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz conflituos, formando 26 facilitadores para atuarem em círculos mais complexos.</p> <p>Para março de 2020, está sendo planejada a realização do Iº FÓRUM DE JUSTIÇA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS DE SÃO JOSÉ – TEMA: Violência Doméstica – Mulheres. E também, no mês de março, terá início o projeto de Círculos de Construção de Paz nas escolas da rede, cujo objetivo se concentra na construção de um ambiente seguro para o diálogo, estimulando a relações mais respeitadas, solidárias e verdadeiras, visando reduzir a violência. [...]</p>
--	--	---

Coordenação de Justiça Restaurativa no Pacto Lajeado pela Paz	Lajeado/RS	taniarodriguesmm@gmail.com	Por enquanto há uma Instrutora de Círculo de Construção da Paz que coordena as formações e os círculos realizados.
NPCCP	Viamão/RS	jaquebs@bol.com.br	
EMEF JARDIM VIAMAR	Viamão/RS	sandramsteil@gmail.com	Círculos de Paz, com alunos, professores, pais, funcionários da escola e, quinzenalmente, com uma turma de estudantes da EJA/diurno, com vulnerabilidade social.
SOLAR - Práticas Circulares	Aracaju/SE	thanyprata@gmail.com	
Núcleo Escola Estadual Setembrina	Viamão/RS	deboral1977.dm@gmail.com	
JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS	São Paulo/SP	soniaacf@advadm.com.br	
Projeto Maria da Penha nas Escolas	Guarapuava/PR	cramguarapuava@gmail.com	
Núcleo Éter de Justiça Restaurativa	São Paulo/SP	conatuscontato@gmail.com	
Núcleo comunitário de Justiça Restaurativa (CHDEP – Campo Limpo)	São Paulo/SP	nelly@cdhep.org.br	
Grupo de religiosas(os)/missionários(as) católicos, educadores, pessoas da comunidade em São Paulo [não há um nome específico]	São Paulo/SP	spmiriam190318@gmail.com	
Adalberto	São Pedro do Paraná/PR	sabinoada@gmail.com	
Núcleo de Justiça Restaurativa Sistêmica	Itajaí/SC	oldoni@univali.br	
GEAJUS- Grupo de Estudos de Justiça Restaurativa e Direito Sistêmico	Itajaí e Balneário Camboriú/SC	marciasarubbi@gmail.com	

VITÓRIA/ES [não há um nome específico]	Vitória e Domingos Martins/ES	joseluiz@boaventura.net	
ESPERE VITÓRIA	Vitória e Domingos Marins/ES	fatima@boaventura.net	Atuação em conjunto com a Pastoral Carcerária
Núcleo de Justiça Restaurativa da USP - Nujures USP	São Paulo/SP	nujures.fdup@gmail.com	
Desabotoar Núcleo Comunitário de Justiça Restaurativa	São Paulo/SP	desabotoar@gmail.com	
Coletivo Margens Clínicas	São Paulo/SP	margensclinicas@gmail.com	
Projeto De Coração Para Coração	Niterói/RJ	santosconsultoriaeplanejamento@gmail.com	
Instituto Reconciliar	São Paulo/SP	institutoreconciliar@gmail.com	
Comissão de Justiça Restaurativa Estudos	Franca/SP	caiodagher@gmail.com	
Núcleo de Cultura de Paz e Práticas Restaurativas Nelson Mandela	São Paulo e Atibaia/SP	nucleodeculturadepaz.mandela@gmail.com	
ISA-ADRS	Rio de Janeiro/RJ e Fortaleza/CE	celiapassos@isa-adrs.com.br	Diálogos interativos para conhecimento mútuo como ação preventiva segundo os princípios da JR
Projeto Mucuripe da Paz (Instituto Terre des hommes)	Fortaleza/CE	paula.rodriques@tdhbrasil.org	O projeto Mucuripe da Paz iniciou sua implementação no ano de 2016 no território do Grande Mucuripe com objetivo de trabalhar a prevenção da violência comunitária no citado território, através de dois objetivos específicos: 1- Construir e implementar um Modelo de Ação que previne e protege crianças e contra violência comunitária no Grande Mucuripe.

			<p>O referido documento orienta como proceder para prevenção da violência comunitária e a proteção de crianças e adolescentes, empoderando-as para sua autoproteção e ao mesmo tempo contribui para uma maior articulação e o fortalecimento da Rede Comunitária Local a partir da implementação de procedimentos Protetivos e Restaurativos.</p> <p>2- Ampliar e fortalecer o protagonismo de adolescentes e jovens na prevenção de violências e promoção da cultura de paz no grande Mucuripe através da gestão positiva dos conflitos.</p> <p>As atividades do projeto são realizadas junto aos atores comunitários (crianças, adolescentes, jovens, famílias e profissionais da rede de atendimento) em parceria com equipamentos sociais como: escolas, associações comunitárias e etc.</p> <p>Ao longo desses 04 anos de desenvolvimento do projeto Mucuripe da Paz buscou-se através da implementação do “Modelo de Ação que Previne e Protege Crianças e Adolescentes contra Violência Comunitária no Grande Mucuripe” fortalecer processos formativos para alunos e profissionais das escolas, através da implantação de práticas protetivas e restaurativas, para tratar de situações de violências e conflitos no contexto escolar com foco na metodologia dos Círculos de Construção de Paz e o fortalecimento do protagonismo juvenil. Também fôra visto a participação de representantes das escolas na Rede de Proteção Local para uma melhor assertividade e acompanhamento junto aos encaminhamentos dos casos de incidentes.</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=D-t49D3M8Qm4</p>
Cia das Leas	São Paulo/SP	prosuzane@hotmail.com	

<p>Justiça Restaurativa Crítica</p>	<p>Porto Alegre/RS</p>	<p>daniel.achutti@ achuttieosorio.com. br</p>	<p>O grupo de estudos iniciou suas atividades no final de 2018, vinculado ao PPGD da Universidade La Salle, e em 2020 decidiu-se pela sua continuidade sem vinculação institucional. Trata-se de um grupo de 5 pesquisadores sobre o tema, que possui a finalidade de debater, a partir de uma perspectiva crítica, as questões relacionadas à justiça restaurativa. Atualmente, o grupo possui um canal no YouTube e perfis nas redes sociais (todos os links estão disponíveis aqui: http://linktr.ee/jrcritica).</p>
<p>Total</p>			<p>27</p>

